



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO DE CADASTRO - NUCAD/DELEMIG/DREX/SR/PF/SP

Assunto: **RECURSO ADMINISTRATIVO - EMENTA DO DESPACHO - CH/DELEMIG/DREX/SR/PF/SP**

Destino: **NUCAD/DELEMIG/DREX/SR/PF/SP**

Processo: **08505.013625/2019-81**

Interessado: **ALVARO JOSE OROPEZA MOTA**

EMENTA DO DESPACHO - CH/DELEMIG/DREX/SR/PF/SP

Processo nº 08505.013625/2019-81. Interessado: **ALVARO JOSE OROPEZA MOTA**, nacional da Venezuela. Auto de Infração e Notificação nº 0183_00769_2019, que aplicou a pena de multa por infração ao disposto no artigo 109, II, da Lei nº 13.445/2017. Termo de Notificação nº 0183_00730_2019, que notificou o autuado para que regularizasse a sua situação migratória ou deixasse o território nacional, voluntariamente, no prazo de 60 (sessenta) dias, sob pena de deportação. Recurso Administrativo requerendo a isenção de multa ante a alegação de hipossuficiência econômica, nos termos do artigo 312, § 8º do Decreto nº 9.199/2017 e da Portaria MJ nº 218/2018, bem como ante a regularização da situação migratória através da solicitação do pedido de refúgio. Decisão em 2ª Instância Administrativa no seguinte sentido: "11. Pelas razões acima expostas, julgo **PROCEDENTE** o recurso administrativo interposto pelo imigrante, para promover a isenção da multa que lhe foi imposta por meio do Auto de Infração e Notificação nº 0183_00769_2019, datado de 12/06/2019 em epígrafe, com fulcro nos dispositivos legais supracitados e demais documentos apresentados, comprovando as suas alegações. 12. Considerando que procedeu sua regularização migratória com o protocolo do pedido de refúgio, também torna-se sem efeito o Termo de Notificação nº 0183_00730_2019, devendo ser cancelado." Determinação de publicação no sítio eletrônico da Polícia Federal. Determinação de inativação dos sistemas STI/WEB e STI/MAR. Ciência ao autuado/defensor.

FERNANDA GOLIN NOGUEIRA
Delegada de Polícia Federal
Chefe da DELEMIG/DREX/SR/PF/SP



Documento assinado eletronicamente por **MARCO ANTONIO RIBEIRO COURA**, Delegado(a) de Polícia Federal, em 28/01/2020, às 09:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **13655552** e o código CRC **9B27454A**.